



Anais da Assembléia

Nº 085

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 08 DE JULHO DE 1991

ANO XVII

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 04.ª SESSÃO ORDINÁRIA
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO
REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 1991.

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Dr. Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilson César, Orlando Pesutti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (48). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Neivo Beraldin e Nilton Barbosa (05). Achando-se em licença o Sr. Deputado Alga-ci Túlio (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 49/91

Curitiba, 04 de julho de 1991.

Senhor Presidente.

Através da presente, venho solicitar a essa augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o disposto no art. 54, inciso XI, da Constituição Estadual, auto-

rização para que o Vice-Governador do Estado, Dr. Mário Pereira, possa se afastar do País no período compreendido entre 27 do corrente e 07 de agosto próximo, com destino aos Estados Unidos da América do Norte, a fim de tratar de assuntos de interesse do Estado.

Em razão da data do início de tal afastamento, solicito que o assunto seja apreciado no atual período de convocação extraordinária desse Poder Legislativo.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

MENSAGEM Nº 50/91

Curitiba, 05 de julho de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o incluso anteprojeto de lei que objetiva reajustar em 10% (dez por cento), a partir de 1º de junho de 1991, os salários dos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, assim como conceder aos referidos servidores abono provisório de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros), nos salários de julho e agosto do corrente ano.

O plano de lei ora encaminhado a essa augusta Assembléia Legislativa decorre de estudos conjuntos das Secretarias de Estado dos Transportes e da Secretaria de Estado da Administração, com a participação da própria autarquia - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, sendo tal reajuste considerado possível e oportuno, em razão do fato do Departamento Nacional de Transportes Aquaviários ter aprovado um acréscimo de 9,5% nas tarifas portuárias.

Por outro lado, em face das características de urgência e de relevância de que se reveste a matéria, solicito que a mesma seja apreciada durante o atual período de convocação extraordinária dessa Augusta Casa de Leis.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado.

A Diretoria Legislativa.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os salários dos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, ficam reajustados em 10% (dez por cento) a partir de 1º de junho de 1991.

Parágrafo Único - Aos servidores de que trata este artigo é concedido abono de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) nos salários referentes aos meses de julho e agosto de 1991.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de junho de 1991.

MENSAGEM Nº 51/91

Curitiba, 05 de julho de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei, acompanhado da respectiva justificativa, dispondo sobre a quitação de débitos para com o Estado, em cruzados novos, conforme disciplinamento estabelecido na Medida Provisória nº 297, de 28 de junho próximo passado.

Por outro lado, em face das características de urgência e de relevância de que se reveste a matéria, solicito seja a mesma apreciada durante o atual período de convocação extraordinária dessa augusta Casa de Leis.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUILÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - É autorizado o Poder Executivo a receber créditos de qualquer origem ou natureza em cruzados novos, na conformidade da legislação federal específica.

Art. 2º - Os valores monetários dos tributos fixos, expressos ou convertidos em cruzeiros, e os créditos de qualquer natureza da Fazenda Pública, decorrentes da falta de pagamento na data devida, terão seu valor atualizado mensalmente em função das variações do poder aquisitivo da moeda nacional.

Parágrafo Único - Para efeitos deste artigo, usará-se o índice geral de preços da Fundação Getúlio Vargas ou outro que reflita adequadamente a perda do poder liberatório da moeda nacional.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

O anteprojeto de lei incluso decorre das novas normas expedidas pelo Governo Federal, por via da Medida Provisória nº 297, de 28 de junho de 1991.

Os cruzados novos, segundo a M.P., poderão quitar o pagamento dos créditos de qualquer origem ou natureza devidos aos Estados e Municípios, desde que haja a competente autorização legislativa (Art. 7º, § 3º). É isso exatamente que objetiva o art. 1º da minuta de lei inclusa, autorizando o Poder Executivo a quitar dívidas dos contribuintes com os cruzados bloqueados no Banco Central, nos termos em que a própria M.P. regulou a matéria.

O art. 2º também flui das modificações da lei federal. É que o Governo resolveu descaracterizar a taxa referencial de juros como correção monetária. Assim, cabe aos Estados adotar outro critério de correção de seus créditos, sob pena de incidir doravante em inconstitucionalidade a aplicação da mencionada taxa referencial de juros.

E o critério se aplicará tanto para os tributos fixos, em cruzeiros, ou aqueles convertidos em cruzeiros, como para os créditos de qualquer origem da Fazenda Pública, vencidos e não pagos na data devida. E propõe-se como índice o IGP da Fundação Getúlio Vargas ou qualquer outro que reflita adequadamente as variações do poder aquisitivo da moeda nacional.

Numa palavra é o que se pretende por via do presente anteprojeto de lei.

Curitiba, 08.07.91.

(a) HERON ARZUA

Secretário da Fazenda

Ofícios:

OFÍCIO

Sob os números IRL/SAT/175 e 176/91, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

234/91:

De autoria do PODER EXECUTIVO, que aprova um crédito suplementar aos orçamentos das Secretarias de Estado da Cultura e da Saúde, no valor de Cr\$ 731.000.000,00, conforme específica, o qual convertido em lei tomou o número 9634. - Anote-se. Arquite-se.

223/91:

De autoria do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 41.120.000,00, destinado à Fundação Escola de Música e Belas Artes do Paraná, conforme específica, o qual convertido em lei tomou o número 9635. - Ao conhecimento da Casa.

Sob o número IRL/SAT/177/91, do Sr.

Governador do Estado, o qual restituiu a esta Casa o Projeto de Lei n° 147/91. - Ao conhecimento da Casa.

Sob o número 114/91-CE, do Sr. Devanir Manchini, Juiz Eleitoral Designado, encaminhando cópia da Ata Final de Apuração e do Mapa totalizador da Consulta Plebiscitária de 23.06.91, realizada no Distrito de Farol, conforme orientação da Resolução n° 192/91. - Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1676

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido regime de urgência aos projetos de lei a seguir especificados:

N° SÚMULA

286/91 concede reajuste de 10% ao pessoal regido pela CMT da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina;

287/91 autoriza o Poder Executivo a receber créditos em cruzados novos.

Sala das Sessões, em 08.07.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1665

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação ao substitutivo geral ao Projeto de Lei n° 215/91.

Sala das Sessões, em 08.07.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1666

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, solicitar destaque às Emendas números 01 e 02, de autoria respectivamente dos Deputados Valdir Rossoni e Dalton Machuca, incidentes ao Projeto de Lei n° 190/91 (microempresas).

Sala das Sessões, em 08.07.91.

(aa) DALTON MACHUCA

VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO N° 1667

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas, REQUEREM destaque para votação do artigo 10 do Projeto de Lei n° 190/91, que trata do regime fiscal das microempresas.

Sala das Sessões, em 08.07.91.

(aa) ERNANI PUDELL

DR. ROSINHA

OVÍDIO CONSTANTINO

Apoiamento: PAULO MAIA

REQUERIMENTO N° 1668

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas, REQUEREM destaque para votação do parágrafo único do artigo proposto através da Emenda Aditiva n° 07, ao Projeto de Lei n° 190/91.

Sala das Sessões, em 08.07.91.

(aa) ERNANI PUDELL

DR. ROSINHA

OVÍDIO CONSTANTINO

REQUERIMENTO N° 1669

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER destaque na votação das Emendas n°s 02 a 04, apresentadas pelo requerente, ao Projeto de Lei n° 215/91, que trata da transformação das Fundações Estaduais em Autarquias.

Sala das Sessões, em 08.07.91.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 1670

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER, em conformidade com o art. 171, § 2°, da Resolução n° 159/90, Regimento Interno, sejam efetuados destaques para a votação das Emendas de n°s 10, 13 a 15 e 18, apresentadas pelo signatário.

Certo de que Vossa Excelência dará ao pleito o encaminhamento necessário ao seu acatamento, despedimo-nos, renovando votos de consideração, respeito e apreço.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Tais emendas, iniludivelmente, contemplam disposições constitucionais relativas às prerrogativas das fundações, principalmente no que se refere à autonomia das universidades e à correção formal ao encaminhamento da matéria.

Assim, merecem votação em destacado, para manutenção do respeito ao ordenamento jurídico.

REQUERIMENTO N° 1672

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas que lhe são conferidas e com fulcro no disposto no art. 171, § 2° do Regimento Interno, REQUEREM destaque para votação da Emenda n° 32 ao Projeto de Lei n° 215/91.

Sala das Sessões, em 08.07.91.

(aa) ERNANI PUDELL

DR. ROSINHA
OVÍDIO CONSTANTINO

REQUERIMENTO N° 1673

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas que lhe são conferidas e com fulcro no disposto no art. 171, § 2° do Regimento Interno, REQUEREM destaque para votação da Emenda n° 33 ao Projeto de Lei n° 215/91.

Sala das Sessões, em 08.07.91.

(aa) ERNANI PUDELL

DR. ROSINHA
OVÍDIO CONSTANTINO

REQUERIMENTO N° 1674

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas que lhe são conferidas e com fulcro no disposto no art. 171, § 2° do Regimento Interno, REQUEREM destaque para votação da Emenda n° 35 ao Projeto de Lei n° 215/91.

Sala das Sessões, em 08.07.91.

(aa) ERNANI PUDELL

DR. ROSINHA
OVÍDIO CONSTANTINO

REQUERIMENTO N° 1675

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas que lhe são conferidas e com fulcro no disposto no art. 171, § 2° do Regimento Interno, REQUEREM destaque para votação da Emenda n° 36 ao Projeto de Lei n° 215/91.

Sala das Sessões, em 08.07.91.

(aa) ERNANI PUDELL

DR. ROSINHA
OVÍDIO CONSTANTINO

REQUERIMENTO N° 1671

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, destaque para votação das emendas:

1. n° ..., da Comissão de Constituição e Justiça, ao parágrafo único do art. 1°;
2. n° 24, (Conselhos Superiores das Instituições de Ensino Superior);
3. n° 26, (IAPAR e IES);
4. n° 27, (Conselho de Administração e Diretoria Executiva do IAPAR);
5. n° 28 (autonomia do IAPAR);
6. n° 29 (prazo de 180 dias do proj. da lei);
7. n° 30 (contrato de gestão para o IAPAR);
8. n° 31 (autonomia para IES e IAPAR).

Sala das Sessões, em 08.07.91.

(a) EMÍLIA BELINATI

REQUERIMENTO N° 1662

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOÃO RIDES DE MACEDO, ocorrido na data de 17.06.91, nesta Capital.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos irmãos do falecido: Francisco de Assis Macedo e Antônio Regis Macedo, através de correspondência a ser enviada à Rua Comendador Macedo, 325, ap. 51, 80.060, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 08.07.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1663

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. MANOEL FERNANDES SILVA, ocorrido na data de 28.06.91, em Curitiba-PR.

Requer ainda, que do presente se dê ciência às seguintes pessoas:

ODETE DA SILVA (esposa)
CARLOS HUMBERTO F. DA SILVA
LEILA F. DA SILVA
LILIANE MARIA F. DA SILVA
LILIAN F. DA SILVA

Endereço: Rua Mateus Leme, 2050, ap. 32, 80.530, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 08.07.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1664

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER manifestação da Assembléia Legislativa, no sentido de registrar na ata desta sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do empresário ERCÍLIO SLAVIERO, ocorrido hoje nesta Capital.

Ercílio Slaviero, natural de Deodoro, faleceu aos setenta e seis anos. Filho de Fioravante e Margarida Slaviero, era casado com a Sra. Neusa Araújo Slaviero. Deixa 4 filhos e 5 netos.

Foi um empresário de grande sucesso no Paraná. Suas empresas empregaram centenas de pessoas nas áreas da indústria, do comércio e agropecuária. Seu passamento, por certo, abrirá uma lacuna difícil de ser preenchida na sociedade paranaense.

Requer ainda, que da decisão desta Casa seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço:

Rua D. Pedro II, 71, 15° andar, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 08.07.91.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo à Mesa Executiva, principalmente ao Sr. 1º Secretário, Deputado João Arruda, que a partir desta sessão, passe a esse Deputado a presença do mesmo, para que eu tenha um controle mais de perto, porque eu recebi uma denúncia, através do Deputado José Arthur Ritti, que fez a Folha de Londrina dizendo que eu faltei 16 sessões de 68 sessões realizadas. Acontece que o Regimento Interno me permite que eu falte até 22 sessões.

Então, eu que tenho 15 Prefeitos para atender, tenho que, às vezes, ficar fora do Plenário, não posso ficar todas as tardes aqui, mas como o Regimento me permite faltar 22 vezes, eu faltei apenas 16.

Mas, o que me estranha, Sr. Primeiro Secretário, é que o Deputado José Arthur Ritti não criticou apenas este Parlamentar. Criticou também os Deputados Luiz Antonio Setti e Rafael Greca.

O Deputado José Arthur Ritti não tem moral para nos criticar, porque ele faltou 12 vezes consecutivas. Ele não faltou alternadamente. Ele veio aqui nesta Casa achando que esta Casa era uma casa de brincadeiras. Ele não tem moral para falar do Deputado José Afonso, muito menos dos Deputados Setti e Rafael Greca de Macedo, porque quando ele foi candidato a Deputado, teve que mudar o nome para poder ser candidato. Ele acrescentou o nome Ritti, que nunca teve na certidão de nascimento...

(É cortado o som)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há questão de ordem a decidir.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO

2. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 271/91, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem nº 34/91, que cria cargos no Quadro Próprio do Magistério, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Com EMENDAS DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, parecer da C.C.J. à emenda modificativa, nos seguintes termos:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 271/91

EMENDA MODIFICATIVA

PARECER:

Por intermédio da emenda modificativa, o ilustre Deputado Paulo Maia pretende estabelecer a criação, no projeto de lei do Executivo, que dispõe sobre a criação de cargos no Quadro Próprio do Magistério, de cinco mil cargos na Classe A, nível 1, que constitui a fase inicial da carreira.

Em sua justificativa, o proponente afirma que "... necessário é o prestigiamiento do ensino fundamental, ou seja, de primeira à quarta séries do primeiro grau, cuja omissão no projeto de lei oriundo do Executivo determina, em verdade, um abandono do ensino fundamental."

Sob o aspecto jurídico, regimental e de técnica legislativa, a matéria respeita os preceitos do Regimento Interno e não colide com os mandamentos da Constituição do Estado, posto que, tratando-se de matéria de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, não contraria o disposto no art. 68, I, da Carta Magna do Estado.

Manifestamos, destarte, nosso parecer favorável à apreciação da proposição em epígrafe pelo soberano Plenário.

Sala das Comissões, em 05.07.91.

(aa) EMÍLIA BELINATTI - Presidente

OVÍDIO CONSTANTINO - Relator

Em votação.

A Mesa pede aos Srs. Deputados que se mantenham em seus lugares, com a devida calma.

Há Emenda Substitutiva do Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando nós apresentamos essa emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 271, a fizemos com o dever de lembrar que esta proposta não contempla a educação de primeiro grau no ensino fundamental de primeira à quarta séries.

Nós sabemos que a intenção de não se frisar, não se destacar o concurso de primeira à quarta séries para a rede pública do Estado do Paraná, reforça ainda mais a intenção do Governo em municipalizar pela pressão, a educação de primeira à quarta séries.

Nós estamos vendo que os convênios se aceleram a cada dia. Que estes convênios são pagos sempre com atraso, trazendo transtornos seriíssimos aos Prefeitos de municípios que, temos certeza, em sua maioria estão falidos, pela sobrecarga que existe hoje em relação aos SUDs.

Quando se municipalizou o Sistema de Saúde dos Municípios, não se deu e não se está dando aos prefeitos também condições financeiras para que eles arquem com esta responsabilidade. E nós estamos vendo os

municípios do Paraná a cada dia mais, nos órgãos de imprensa deste Estado, demonstrando o seu descontentamento, a sua situação de falência, pelos encargos que a cada dia sobrecarregam sobre estes municípios.

E estamos apresentando esta emenda para caracterizar que a Lei n° 776 não foi extinta e se trata do Estatuto do Magistério do Paraná. Sabemos também que a deficiência maior hoje da Secretaria de Estado da Educação, é de professores de primeira à quarta séries. E, como tal, no momento em que se pede 32 mil vagas para o concurso público deste Estado, a nível de magistério, e não se contempla o ensino de primeira à quarta séries, vemos aí uma preocupação ainda maior com a sobrecarga nesta municipalização, que vai acarretar consequências das mais desastrosas às prefeituras do Paraná, e com isso, o Governo do Estado lava as mãos quanto à responsabilidade desta educação, que nós acreditamos ser de fundamental importância.

Nós aprovamos aqui, há poucos dias, o projeto de lei do Deputado Durval Amaral, que responsabiliza o Governo a pagar até o dia 5 de cada mês, no máximo, o repasse dos convênios. Mas, sabemos que isto ainda não está acontecendo. E as prefeituras estão passando por situações insustentáveis. E acredito que a abertura de cinco mil vagas em cima das previstas em muito contribuirá para que os municípios do Paraná possam ter neste momento, uma situação mais amena, uma situação mais controlável financeiramente, porque estamos vendo o repasse de encargos. E ainda não vimos nada que passasse por aqui dizendo que reforma tributária, como também não vemos a nível de Governo Federal, nenhuma reforma tributária que dê condições aos municípios de sobreviverem.

E, quando o Governo não abre, mais uma vez nós vamos utilizar, concurso de primeira à quarta séries, caracteriza-se de fato a irresponsabilidade com este ensino, que representa algo de fundamental na educação do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Substitutivo tem parecer favorável da Comissão de Justiça.

Os Srs. Deputados que aprovam o Substitutivo, conservem-se como estão. Rejeitado.

O SR. PAULO MAIA - Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Substitutivo, queiram levantar-se.

17 Srs. Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam o Substitutivo, queiram levantar-se.

25 Srs. Deputados rejeitam.

Está rejeitado.

Em votação o Projeto.

Os Srs. Deputados que aprovam, conservem-se como estão. - Aprovado.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 285/91, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem n° 45/91, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Com EMENDA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, parecer contrário da C.C.J. à Emenda Substitutiva n° 01, nos seguintes termos:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 285/91

EMENDA SUBSTITUTIVA N° 01

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 285/91, de autoria do Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, através da Mensagem Governamental n° 45/91, de 28 de junho de 1991, recebeu parecer favorável à sua tramitação normal desta douta Comissão de Constituição e Justiça, retornando nesta oportunidade com Emenda Substitutiva n° 01, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, para análise.

Examinando a questão, verifica-se que a mesma foi proposta dentro dos ditames regimentais e constitucionais, estando em condições de ser apreciada pelo nobre Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) EMÍLIA BELINATI - Presidente

DAITON MACHUCA - Relator

Em votação.

O SR. ERNANI PUDELL (Para encaminhar) -

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não obstante a posição da CCJ, nós entendemos que a emenda por nós apresentada, preenche os requisitos constitucionais; ainda mais, ela desloca crédito suplementar no valor de 350 milhões de cruzeiros destinados à Chefia do Poder Executivo, Gabinete do Secretário da Casa Civil, atendimento a entidades assistenciais, educativas, culturais e outras, atendendo despesas que nós entendemos não se coadunam com o grau de prioridade que nós estamos observando com relação à necessidade de recuperação do poder aquisitivo dos funcionários do Instituto de Terras e Cartografia.

Ainda neste momento o Governo lança

uma campanha publicitária pelo Estado do Paraná, falando em paz. Quem irá promover a paz na terra? Esta é a questão fundamental. Os funcionários que terão essa incumbência de defender os interesses dos trabalhadores rurais, ameaçados pelos grupos econômicos e pelo latifúndio, precisam ser valorizados em suas funções. A mesma coisa se aplica ao "Programa Água Limpa".

O Governo do Estado do Paraná lança também uma campanha publicitária, como se os rios do Paraná estivessem, todos eles, recuperados com as matas ciliares. Comenta-se até "à boca pequena", Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a campanha está custando mais caro que o próprio programa. Estamos perante um caso típico onde o caldo sai mais caro que a galinha, ou seja, a campanha publicitária para dizer ao povo do Paraná que o programa "Água Limpa" será implantado, segundo comenta-se, custará mais caro que o programa.

Neste sentido, créditos para compra de cafezinho, água mineral para assegurar o transporte aéreo do Sr. Governador e outros, nós entendemos que pode ficar para depois. O fundamental é recuperar neste momento o poder aquisitivo dos funcionários que irão desenvolver este importante programa, ainda mais sabendo nós todos que hoje o ITCF sofre um processo de evasão em massa do seu quadro funcional.

Neste sentido, é a nossa proposta no nosso humilde entendimento constitucional e extremamente oportuna, até compatível com as prioridades que o próprio Governador tem defendido pela imprensa. Nós estamos ouvindo o Governador do Estado dizer que o seu Governo é voltado para os trabalhadores, que é um Governo de esquerda e etc.

Então, nós queremos até ajudar o Governador neste sentido, permitindo, com a aprovação desta nossa emenda, que realmente se faça justiça com os trabalhadores.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que rejeitam a emenda, permanecem como estão. Rejeitada.

O SR. ERNANI PUDELL - Pela Ordem, Sr. Presidente. Que rejeitam a emenda...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Conservem-se como estão. É pelo método inverso porque tem parecer contrário.

O SR. ERNANI PUDELL - Então, eu gostaria de registrar os votos contrários da Bancada do PT e PSB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Rejeitada a emenda com os votos contrários da Bancada do PT e PSB.

Em votação o projeto. Os Srs. Deputados que aprovam, conservem-se como estão. Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, pela ordem.
(Assentimento)

Senhor Presidente, nós queremos também registrar o nosso voto em contrário à mensagem enviada pelo Senhor Governador, n° 285/91.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

VOTAÇÃO EM

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 190/91, que autoriza o Poder Executivo a instituir, na forma que especifica, o regime fiscal das microempresas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Com EMENDAS DE PLENÁRIO. PARECER CONTRÁRIO da C.C.J. às emendas de n.ºs 1 e 2 e FAVORÁVEL às emendas de n.ºs 3 a 8 e FAVORÁVEL da C.F. às emendas de n.ºs 1 a 8. EMENDA SUBSTITUTIVA DO PODER EXECUTIVO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 190/91

PARECER:

O Projeto de Lei n° 190/91, oriundo de Mensagem Governamental, que institui o Regime Fiscal das Microempresas, já tramitou por esta Comissão, tendo recebido Parecer Favorável.

No Plenário recebeu Emendas, que ora apreciamos.

As Emendas n.ºs 1, 2 e 3 seriam sobre a atualização monetária dos valores que servem como base para o enquadramento fiscal a ser instituído. Todas são oportunas, mas por serem semelhantes, opinam no sentido de que seja aprovada a de n° 3, de autoria do nobre Deputado Dalton Machuca, por ser a mais completa.

As demais Emendas, de n.ºs 4, 5, 6, 7 e 8, foram propostas de forma regimental e não ferem qualquer dispositivo constitucional, motivo pelo qual não vemos óbice a que sejam apreciadas pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em
(aa) COLOMBINO GRASSANO
Presidente
HERMAS BRANDÃO
Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 190/91

PARECER:

O Plano de Lei supra, oriundo de Mensagem Governamental, instituindo o Regime Fiscal das Microempresas, recebeu Parecer Favorável, pela primeira vez e agora retorna com Emendas do Plenário; também,

originariamente recebeu Parecer Favorável da C.C.J. e, agora com as Emendas n.ºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8, também verificamos que nesta Comissão não há nada que obste sua apreciação pelo Plenário da Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.07.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, com apoio do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente, solicitando destaque para a votação do artigo 10 do Projeto de Lei n.º 190/91, que trata do Regime Fiscal das Microempresas. Rejeitado.

Ainda, sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente, solicitando destaque para a votação do parágrafo único do artigo proposto através da Emenda Aditiva n.º 07 ao Projeto de Lei n.º 190/91. Rejeitado.

O SR. ERNANI PUDELL (Para encaminhar) -

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós, através de Emenda, estamos postulando a supressão do Art. 10 do Projeto de Lei que trata da isenção das microempresas no Paraná.

Diz o Art. 10 proposto pelo anteprojeto governamental que: "os créditos tributários vencidos ou relativos ao ICMS poderão ser pagos em até 60 parcelas conforme crédito fixado pela Secretaria da Fazenda".

Eu peço muita atenção, inclusive ao bloco governista, porque esta proposta nos causou estranheza. Primeiro, porque nós estamos discutindo e votando uma política de isenção às microempresas do Paraná. E, conseqüentemente, todas as empresas atingidas pelo benefício desta Lei não mais recolherão ICMS. Agora, o que é interessante notar, é que este Art. 10 vem imbuído em um projeto que trata de isenção e de favorecimento a microempresas, que tem uma função social muito importante no entendimento do Governo do Estado.

Neste projeto, Senhor Presidente, se vamos elastecer o prazo para o pagamento de ICMS, de 36 para 60 meses, e o que é mais grave, nós vamos obrigar e atender a todas as empresas do Paraná. Não as microempresas de que trata esta lei; mas as grandes empresas, os frigoríficos, as usinas de álcool serão atingidos e beneficiados com o elastecimento de 36 para 60

meses no prazo para o pagamento de ICMS.

Achamos muito estranha esta posição. Afinal de contas se há um consenso no Paraná de que nós deveremos estimular as pequenas e microempresas para que possam desenvolver os seus trabalhos e para que elas possam gerar empregos, não se admite que o Estado do Paraná passe a adotar uma medida tão generosa também com as grandes empresas deste Estado.

E o que é mais grave ainda, este Governo acaba de anunciar pela televisão, pela imprensa que não poderá conceder o aumento do Funcionalismo Público conforme o planejado porque houve uma queda brutal na arrecadação de ICMS.

Ora, Senhores Deputados, se o Governo do Estado está tendo problemas seríssimos com a queda de arrecadação, o que justificaria elastecermos ainda mais o prazo para o pagamento de ICMS de 36 para 60 meses.

Mais estranho ainda é ter vindo uma Mensagem em um artigo desses embutido, uma lei que não tem nada a ver uma coisa com outra. O que nos causa estranheza é que esse Governo se diz um Governo Progressista e de esquerda e agora está aí com um artigo a beneficiar os grandes grupos econômicos do Estado do Paraná. Qual o impacto disso na arrecadação do Estado? É uma indagação que o nobre Líder do Governo por certo nos fará, poderá até o nobre Líder do Governo nos dizer que não, que o objetivo em elastecer para 60 parcelas o pagamento de ICMS, se destina às pequenas e às microempresas do Paraná; poderá ele argumentar isso, só que não é o que diz a redação do artigo 10; a redação do artigo 10 é muito clara, ela estende a todas as empresas do Paraná, um aumento no prazo para pagamento do ICMS. E convenhamos Senhores Deputados, 60 meses, são cinco anos de prazo para pagar o ICMS.

A essas alturas os donos dos grandes frigoríficos, das grandes usinas de álcool e das empresas do Paraná já devem estar estourando as suas champagnes por aí, satisfeitos com a redação desse Artigo dada pelo próprio Governo do Estado.

Então eu acho que o nobre líder Pessuti, por cautela até, me parece, que o Governo, eu posso deduzir que teve interesse de beneficiar apenas as pequenas e médias empresas do Paraná, não beneficiar os já famosos caloteiros do Estado, os grandes grupos econômicos, os prejuízos serão enormes, a arrecadação está caindo no Estado do Paraná.

Então é nesse sentido que nós pedimos destaque para o artigo 10, e pedimos portanto, a rejeição desse Plenário à redação do artigo 10; aí continua valendo o artigo 52, da Lei n.º 8933, que estabelece o prazo de pagamento de ICMS em 36 meses. Poderia-

mos até Deputado Pessuti, admitir o prazo de 60 meses, mas apenas para as microempresas, não para as grandes empresas, conforme a redação desse artigo a de nos levar e finalmente nós também apresentamos Senhor Presidente, Srs. Deputados em especial a Bancada do Governo, nós apresentamos uma emenda além da microempresa, excluindo os benefícios dessa lei àquelas empresas que descumprirem a Legislação Trabalhista.

Nós sabemos que um dos objetivos dessa Legislação é exatamente permitir a abertura de um mercado de trabalho. Essas microempresas do Paraná, terão doravante um benefício de isenção fiscal. Nada mais justo que em troca elas preservem os direitos trabalhistas daqueles empregados que serão admitidos e contratados a partir dos benefícios dessa Lei. Eu acho que é uma postura justa, compatível com a própria posição do Governo do Estado, e mais do que isso, nós apresentamos essa emenda no "caput" e §, no "caput", nós estamos excluindo as empresas que descumprirem a legislação trabalhista, e no parágrafo nós estabelecemos que a comprovação se faria mediante autuação do Ministério do Trabalho e também se faria por sentença da Justiça do Trabalho. E hoje nós recebemos um apelo das lideranças de associações das microempresas do Paraná, no sentido de retirar da nossa proposta, essa comprovação mediante autuação do Ministério do Trabalho e mediante decisão da Justiça do Trabalho. Porque aí, segundo essas lideranças, nós acabaríamos por criar de fato, sem que fosse o nosso interesse, um exclusão automática de todas aquelas empresas que eventualmente tenham sofrido uma condenação na Justiça do Trabalho, mesmo que essa condenação tenha se dado a revelia, ou por problemas processuais.

Nesse sentido, nós atendendo o apelo das microempresas do Paraná, entendemos que efetivamente, preservando o espírito, quer dizer a obrigação de cumprir a legislação trabalhista, ficaria ao Governo do Estado, a tarefa de regulamentar a comprovação desse dispositivo.

Então, nesse sentido pedimos à Bancada do Governo: primeiro, a rejeição do art. 10, que levará uma extensão desses benefícios a todas as empresas do Paraná - o que entendemos ser inadmissível nesse momento. E em segundo, em destaque à nossa emenda, nós iremos também excluir o parágrafo único da emenda que trata da exclusão dos benefícios da microempresa, aquelas que descumprirem a legislação trabalhista.

Era isso Sr. Presidente.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar) - Eu gostaria de fazer alguns esclarecimentos com relação à supressão dessa emenda

do Deputado Ernani Pudell da Bancada do PT, que visa suprimir o art. 10.

No que tange à supressão, eu acho que existe um equívoco, nobre Deputado. Na verdade, não se fala aqui em dilação de prazo. Essa lei ou esse artigo tem a intenção de dar uma dilação de prazo para todos aqueles quem têm ICMS a serem recolhidos, ou seja, dar sessenta meses para que as pessoas paguem o seu ICMS. Não. A redação é bem clara. Os créditos tributários vencidos, se ele está vencido ele será incluído na dívida ativa, se ele está incluído em dívida ativa, pressupõe-se já, que a empresa teve uma multa inicial de 20% com várias multas sucessivas, que só de acréscimo de multa chega a 72%. Então não há um privilégio para esta ou aquela empresa.

O espírito da lei, nesse momento, e possibilitar a todas as empresas do Paraná, por uma questão de recessão nacional porque passa o país, dar possibilidade para que essas empresas que têm dívida ativa, que estão inscritas em dívida ativa e o Senhor como advogado sabe disso, a lei não pode fazer diferença entre A ou B, não dá para diferenciar procedimentos econômicos, o que se busca é dar possibilidade para todas as empresas que tenham inscrição em dívida ativa, que já receberam a pesada multa de 72% possam parcelar os seus débitos e pagá-los em cinco anos. Quer me parecer que é uma medida urgente de socorro a todo segmento econômico, porque efetivamente nós não podemos, já que a política do Governo é recessiva, já que as empresas estão em situação financeira difícil, nós não podemos acabar com essas empresas. Nós temos que dar condições para que elas possam saldar os seus tributos em cinco anos para que toda a sociedade saia ganhando, para que os trabalhadores saiam ganhando, para que os empresários possam ter a retomada do seu desenvolvimento econômico novamente. Porque só assim poderemos atingir os objetivos ao qual todos nós nos propomos a atingir, o objetivo de atender os interesses sociais.

Então não existe maldade, não existe prejuízo para o Estado. Essa medida de parcelamento da dívida ativa em 62 meses já é uma medida adotada em outras épocas, em épocas de recessão. Foi sim, antecipada para 36 meses, em um momento em que a economia possibilitava isso e agora, novamente, está se propondo essa dilação para 60 meses tendo em vista a necessidade da recessão econômica porque passa o país. Não haverá prejuízo para o Estado, porque serão créditos corrigidos pelos padrões, pelas taxas referenciais ou por correção monetária. Haverá toda a retaguarda do Estado do Paraná.

Não haverá prejuízo, não há maldade e

ela não está sorrateiramente incluída aqui não. Poderia ter sido colocada em qualquer outra lei, ela está na lei, correta, na Lei que trata de insenção para dar benefícios a todo segmento econômico do Estado do Paraná, esta é a razão que o Governador age às claras, age com clareza, age com especificidade, beneficiando a todo um segmento econômico. Seria impossível até mesmo inconstitucional dar-se somente esse privilégio às microempresas, ou dar-se esses privilégios somente aos grandes empresários.

Quero dizer com relação aos frigoríficos, aos sonegadores de carne do Estado do Paraná que essa Lei nada atinge, porque se o Senhor não tem conhecimento de como eles funcionam, os verdadeiros "laranjas" no ramo frigorífico nunca colocam, nunca trabalham em seu próprio nome, eles sempre usam "testa de ferro", nunca trabalham no seu próprio frigorífico, nunca com seu próprio patrimônio eles simplesmente comercializam através de um contrato de arrendamento mercantil onde a Secretaria da Fazenda com muita eficiência tenta bloquear de toda maneira o registro da firma, a inscrição estadual, logo que a Secretaria da Fazenda se nega a dar a inscrição estadual a esses "frigoríficos laranjas" que nunca têm interesse em pagar o ICMS e muito menos a dívida ativa, eles se socorrem ao mandado de segurança na Justiça, conseguem a liminar com a argumentação que a Secretaria está cerceando a iniciativa privada de poder comercializar, se estabelecem, trabalham durante três meses, quatro meses, cinco meses, e quando se consegue cassar a liminar ou quando se consegue provar que aquele frigorífico é um "frigorífico laranja" que, quer efetivamente lesar o Estado, eles já deram um prejuízo de vários milhões de cruzeiros ao Estado do Paraná, e não adianta o débito estar inscrito em dívida ativa porque, em momento nenhum eles vão parcelar os seus débitos, porque eles nunca têm interesse em pagar as suas leis trabalhistas e têm interesse em pagar os seus compromissos.

Então esta é a razão efetivamente que nós fazemos esse encaminhamento ressaltando e dizendo que o Governador Roberto Requião essa lei atende aos interesses de todo segmento econômico do Estado do Paraná, principalmente os pequenos empresários e que não há aqui, em nenhum momento, nenhuma atitude lesiva ao patrimônio do Estado.

O SR. ERNANI PUELL (Pela Ordem) - Sr. Presidente, para retificar o meu encaminhamento, quero dizer o seguinte: eu fiz esse encaminhamento na esperança que esse artigo havia sido colocado por equívoco do Governo, procurando beneficiar apenas as

microempresas do Paraná, no entanto, pela confissão do representante da Bancada Governista fica claro que essa extensão do benefício é a todas as empresas. Então apenas para registrar e para frasear o Deputado Rafael Greca eu gostaria de dizer que "eles sabem que sabem".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam os destaques requeridos pela Bancada do PT conservem-se como estão.

Rejeitado.

Ainda sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Dalton Machuca e Rossoni, constante do expediente, solicitando destaque às Emendas de n.ºs 01 e 02, incidentes ao Projeto de Lei n.º 190/91.

Aprovado.

Há uma solicitação do Sr. Governador do Estado publicada no Diário da Ordem do Dia: solicita a substituição do artigo 2.º: "Será enquadrado no regime fiscal das microempresas aquelas cujo valor anual de entradas de mercadorias e serviços de transportes utilizadas na industrialização ou comercialização não ultrapassar a 12 milhões de cruzeiros. Os Srs. Deputados que aprovam conservem-se como estão.

Aprovado.

Em votação a Emenda n.º 01. Os Srs. Deputados que aprovam, conservem-se como estão.

Rejeitada.

Em votação a Emenda n.º 02.

Aprovada.

Em votação o Projeto.

Aprovado.

O SR. ERNANI PUELL (Pela Ordem) - Nós estamos votando o projeto. Então, gostaríamos de registrar o nosso voto contrário. Pelo menos da Bancada do PT, já que o tempo foi exíguo para que nós pudéssemos manifestar a nossa posição, e a do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, só para também ficar registrado, em se tratando de projeto de lei complementar, de que o mesmo mereceu deste Plenário a aprovação de mais de 40 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa registra que o projeto foi aprovado por maioria absoluta.

VOTAÇÃO EM

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 215/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM n.º 25/91, que transforma em Autar-

quias Estaduais, todas as fundações criadas por Leis Estaduais. Com SUBSTITUTIVO GERAL DO PODER EXECUTIVO e EMENDAS DE PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. às emendas de Plenário e CONTRÁRIO ao SUBSTITUTIVO GERAL DO PODER EXECUTIVO, por maioria e FAVORÁVEIS das C.F., C.E.C.E., C.T., C.A.I.C. e C.S.P. ao SUBSTITUTIVO GERAL DO PODER EXECUTIVO e às emendas de Plenário.

Foram apresentadas neste turno 38 emendas de Plenário. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa Ampliativa da C.C.J., devidamente apoiada, nos seguintes termos:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA MODIFICATIVA AMPLIATIVA DA C.C.J.

O parágrafo único do artigo 1º, do Substitutivo Geral Governamental, oriundo da Mensagem nº 38/91, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - ...

Parágrafo Único - O Poder Executivo no prazo de 180 dias (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação da presente Lei, apresentará Anteprojetos de Lei específicos para cada entidade atingida, regulamentando de forma individualizada a revisão dos atos constitutivos, a organização e o funcionamento das Autarquias criadas."

Sala das Comissões, em 08.07.91.

(aa) EMÍLIA BELINATI

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

Apoiamento: José Tavares

Voto Contrário: Toti Colaço, Plauto Miró Guimarães, Lourenço Fregonese, Dalton Machuca, Arlindo Troian.

Ainda, sobre o referido projeto, Parecer da C.C.J., às Emendas apresentadas em 2ª discussão, ao Substitutivo Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SUBSTITUTIVO GERAL DO PROJETO DE LEI

Nº 215/91

EMENDAS APRESENTADAS EM 2ª DISCUSSÃO

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, oriundo da Mensagem Governamental nº 38/91, objetiva a transformação das Fundações da Administração Indireta do Estado do Paraná em Autarquias.

O Substitutivo Geral em apreço, recebeu 38 emendas de Plenário de 2ª discussão, as quais passamos a analisar cumprindo atribuição estabelecida pelos artigos 33, § 2º, e seu inciso V, bem como as disposições do Art. 142, § 1º, do Regimento

Interno desta Assembléia Legislativa.

No intuito de sistematizar a apreciação da matéria, optamos por dividir a análise das emendas de acordo com a sua nomenclatura, na forma do Art. 138 e parágrafos do Regimento Interno, as quais passamos a elencar.

A - Tomamos como Emendas Supressivas, que possuem o objeto de erradicar parte da Proposição Substitutiva, as seguintes: as de nºs 9, 13 e 17, de autoria do nobre Deputado Paulo Maia, as de nºs 37 e 38, de autoria do nobre Deputado Rafael Greca.

B - Tomamos como Emendas Modificativas, que não alteram substancialmente a proposição principal, as seguintes: as de nºs 8, 12 e 16, de autoria do nobre Deputado Paulo Maia, a de nº 20, de autoria do nobre Deputado Colombino Grassano, a de nº 34, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino e a de nº 21, de autoria do nobre Deputado Dalton Machuca.

C - Tomamos como Emendas Moderativas Ampliativas, as que estendem a outra pessoa o objeto: a de nº 01, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Anibal Khury, as de nºs 03 e 04, de autoria do nobre Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, as de nºs 05 e 06, de autoria do nobre Deputado Albino Corazza Neto, as de nºs 07, 11 e 18, de autoria do nobre Deputado Paulo Maia, as de nºs 22 e 23, de autoria do nobre Deputado Dalton Machuca, as de nºs 26, 29 e 31, de autoria da nobre Deputada Emilia Belinati e a de nº 33, de autoria dos Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino.

D - Tomamos como Emendas Aditivas, as que acrescentam Disposições à Proposição Substitutiva em análise: as de nº 02, de autoria do nobre Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, as de nºs 10, 14, 15 e 19, de autoria do nobre Deputado Paulo Maia, as de nºs 24, 25, 27, 28 e 30, de autoria da nobre Deputada Emilia Belinati, as de nºs 32, 35 e 36, de autoria dos nobres Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino.

Apesar da diversidade das intenções legislativas das proposições, considerando com supremacia as iniciativas de teor normativo corretivo, haja vista, o vício de origem constatado pela desatenção Governamental aos preceitos do Art. 37, inciso XIX da Carta Magna Federal, e artigo 27, inciso XVIII da Constituição do Estado, e procurando assegurar a este Parlamento o Direito de legislação e de deliberação das matérias afetas ao Estado, para que possamos cumprir com as obrigações de Parlamentares, controlando, fiscalizando e limitando os atos públicos, procedidos em defesa dos mais sólidos princípios democráticos, que garantem a este Poder a

participação harmônica legislativa entre os Poderes, entendemos por bem opinar FAVORAVELMENTE por todas as emendas que defendam a não usurpação da Fundação Institucional do Poder Legislativo.

CONCLUSÃO

Sendo assim, no que tange a observar, nada encontramos que constitucionalmente, legalmente e regimentalmente possa impedir a tramitação processual legislativa das emendas apresentadas, encontrando-se, todas, em condições de merecerem a apreciação do egrégio Plenário.

Na oportunidade, esta Comissão de Constituição e Justiça, após minuciosa análise, manifestando-se pelo acatamento parcial das emendas de números 01, 08, 21, 29 e 34, que visam resguardar as prerrogativas institucionais deste Parlamento, apresenta emenda modificativa ampliativa, em anexo, incidente ao parágrafo único do artigo 1º, do Substitutivo Geral Governamental, para que a mesma, conjuntamente com as demais recebam a deliberação do douto Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 05.07.91.

(aa) EMÍLIA BELINATI

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 215/91.

Aprovado.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Senhor Presidente, eu requeiro votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor Deputado Rafael Greca requer votação nominal. Vou submeter a votos o desejo de S.Exa. Os Senhores Deputados que aprovam...

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Nós vamos votar nominalmente se acatamos o pedido de preferência ou já vamos votar o Substitutivo?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não. Vamos votar primeiramente o Requerimento de V.Exa.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Então, nós vamos votar contra a se votar nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam a votação nominal, conservem-se como estão.

Rejeitado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando destaque na votação das Emendas nºs 02 a 04 ao Projeto de Lei nº 215/91.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente, solicitando destaque para a votação das Emendas nºs 10, 13 a 15 e 18 ao Projeto de Lei nº 215/91.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, constante do expediente, solicitando destaque para votação das Emendas nºs 24 e 26 a 31, ao Projeto de Lei nº 215/91.

Requerimentos em nº de 04 (quatro), de autoria dos Senhores Deputados Ernani Puddell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constantes do expediente, solicitando destaque para votação das Emendas nºs 32, 33, 35 e 36, ao Projeto de Lei nº 215/91.

Como foi aprovado o Requerimento de Preferência para o Substitutivo Geral, eu vou submeter a votos os destaques solicitados globalmente.

Os Senhores Deputados que aprovam os destaques solicitados, os que eu acabei de mencionar, conservem-se como estão.

Rejeitados.

Em votação o Substitutivo Geral do Poder Executivo.

Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Peço verificação de votação, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o Substitutivo Geral, queiram levantar-se. 25 (vinte e cinco) Senhores Deputados aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam o Substitutivo, queiram levantar-se.

16 (dezesseis) Senhores Deputados rejeitam.

Está aprovado o Substitutivo Geral.

Em votação as Emendas, em grupo.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, as Emendas serão votadas em bloco?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em bloco.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Eu entendo, data vênia, Senhor Presidente, que algumas Emendas são conflitantes entre si. Outras são mais específicas. Eu entendo que elas deveriam ser votadas uma a uma e discutidas. Eu acho que a pressa

em votação desta questão não justifica. Nós estamos votando uma matéria muito importante. Os Senhores Deputados foram convocados para um período extraordinário exatamente com essa função. Nós da Oposição, estamos aqui para assegurar o "quorum" do período extraordinário, embora não estejamos prazerosamente com os gordos "jetons" no bolso. Então, eu acho que o mínimo de respeito a este Poder que deveria se adotar é a possibilidade de se discutir essas emendas, até para que a história, pelo menos, registre as posições deste Plenário.

É o apelo que faço a V.Exa., Senhor Presidente.

O SR. NELSON JUSTUS - Pela ordem, Senhor Presidente.
(Assentimento).

Eu gostaria de encaminhar a emenda da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. tem a palavra para encaminhar a votação.

O SR. NELSON JUSTUS - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Eu quero crer que, pela maneira como a votação está sendo posta nesta sessão, em nada ou encaminhamento algum, iria modificar a votação já encaminhada, mas a Comissão de Constituição e Justiça apresentou emenda modificativa, ampliativa que eu peço nesta oportunidade a Vossa Excelência a máxima atenção e todo cuidado. Nós apresentamos uma emenda modificativa e ampliativa que tem no seu parágrafo único, artigo 1º o seguinte:

- O Poder Executivo no prazo de cento e oitenta dias, e pode em menos, a contar da data da publicação da presente lei, portanto, já contando com a autarquização das fundações, apresentará anteprojetos de lei específicos para cada entidade atingida, isto é, para cada autarquia já regulamentada, regulamentando de forma individualizada a revisão dos atos constitutivos, a sua organização e o funcionamento das autarquias criadas.

Senhor Presidente e Senhores Deputados. Nós, a esta altura, concordamos já até com a autarquização de todas as 28 fundações, apenas apresentamos uma emenda modificativa que vai justamente resguardar o poder desta Casa, o direito de legislar, que vai, exatamente, organizar e regulamentar cada uma das autarquias.

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, em defesa do Poder Legislativo, em defesa da atividade desta Assembléia, que é exatamente a legislação, em defesa instituições ou das funções institucionais deste Parlamento, para que nós possamos

fiscalizar, para que nós possamos controlar os atos públicos que nós recebemos do Poder Executivo, eu peço a Vossas Excelências o maior cuidado ao votar essa emenda modificativa porque ela acata a autarquização, ela simplesmente permitirá a esta Casa organizar uma a uma das autarquias, votadas em seguida, em um prazo de no máximo cento e oitenta dias; disse-me o Líder da Bancada do Governo que em quarenta dias nós já teremos condições de assim proceder.

Portanto, Senhores Deputados, eu volto a insistir com Vossas Excelências para que nós salvaguardemos a imagem desta Casa e o direito em defesa do Poder Legislativo, para que acatemos com toda a humildade a Emenda da Comissão de Constituição e Justiça, que não diz outra coisa senão: "Cada entidade atingida será regulamentada de forma individualizada no que tange aos atos constitutivos, e a sua organização e funcionamento das autarquias criadas".

Creio que seria o mínimo que esta Casa poderia fazer para evidentemente exercer o poder a que se presta: o poder de legislar e de fiscalizar.

Muito obrigado.

O SR. PAULO MAIA (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A sociedade paranaense não tem, como um todo, obviamente, possibilidade de participar, de vir a este Parlamento para conferir a sua ansiedade através de seus representantes nesta Casa.

Lamentavelmente, lá fora nós contamos uma história. Lá fora nos palanques públicos dissemos que a educação teria uma solução, que a habitação teria uma solução e outros tantos problemas que a sociedade tem, teriam uma solução, ou pelo menos a esperança de solução com o novo Governo ou com o novo Parlamento.

Cria-se nesta Casa os mais diferentes blocos.

Há pouco votou-se contra uma Emenda que obviamente trazia e demonstrava preocupação com a sobrecarga que há em cima dos municípios com relação ao sistema que está cada vez mais trazendo apenas compromissos, trazendo apenas responsabilidade sem dizer de onde vêm os recursos. Quando nós levantávamos a nossa preocupação quanto ao concurso de primeira à quarta séries, registrávamos aqui a forma como estava se encaminhando esta discussão.

Lamentavelmente estamos assistindo neste momento, quando se aprova a iniciativa de não se discutir emenda por emenda nesta Casa, de se aprovar individualmente cada emenda, e que temos certeza representam, estas emendas, as preocupações que os Deputados tiveram de ouvir a sociedade paranaense quanto ao encaminhamento que se

dava aqui dentro ao projeto de autarquiza-
ção.

Lamentavelmente, vemos tomadas de po-
sições como estas.

Nós fomos dizer ao povo lá fora, la-
mentavelmente, que aqui teríamos coragem
de defender os seus interesses, de um povo
sofrido, um povo de diferentes categorias.
Mas vê-se que aqui não se tem, ou uma mi-
noridade tem, liberdade de votar como quer.
Temos certeza que da forma como se vota
nesta Casa tem muitos parlamentares aqui
que à noite, provavelmente, não estarão
dormindo, ou não estão dormindo pela crise
de responsabilidade que têm pela crise de
consciência que assumem por certos tipos
de votação. E obviamente o que queremos é
apresentar e registrar através de emendas
e de propostas que possam ser trazidas pa-
ra elucidar as coisas dentro deste Parla-
mento. A nossa preocupação com o compro-
misso assumido com o povo do Paraná. Por-
que temos certeza de que aqui não viemos
pelo voto de Governador, mas sim pelo voto
do povo. Temos certeza que aqui não viemos
para os acertos, os mais diferentes acer-
tos; viemos para os acertos, sim, das
questões que envolvem o povo do Paraná.

Quando nós apresentamos emendas, dife-
rentes emendas ao projeto de autarquiza-
ção, que temos certeza tem o governo medo
deste projeto, tem medo da discussão do
que se passa dentro deste Parlamento, por-
que esse mesmo Governo, que é herança do
péssimo governo passado, esse mesmo gover-
no criou esta situação e hoje não se pode
fugir à verdade, não se pode ter medo aqui
dentro desta Casa, de dizer o que cada De-
putado sente e pensa, não se pode votar
aqui, simplesmente pelo receio de amanhã,
não ter o requerimento seu ou o município
seu, atendido pelo Governo do Estado.

Nós vemos que a síndrome do Governo
Collor toma conta também do Parlamento do
Paraná. Nós vemos a síndrome do Governo
Collor, que ao legislar pela força, obvia-
mente tolhe a liberdade que o Deputado te-
ve em palanque e não tem coragem de assu-
mir dentro desta Casa.

Quando nós vemos questões preocupantes
com as conseqüências que temos certeza, o
ensino e a sociedade pagarão muito caro,
pelas precipitações e pelo afogadilho, que
aqui se toma em relação a tantos proble-
mas, como o exemplo, os problemas traba-
listas que o Poder Executivo não reconhe-
ceu, mas que o Poder Judiciário tem reco-
nhecido.

Por isso, nós temos que votar e o Par-
tido Socialista Brasileiro, assim como di-
ferentes Parlamentares de outros partidos
não têm coragem de assumir a postura por
uma sociedade mais justa, por uma socieda-
de mais digna, onde nós temos a certeza,
estamos registrando e queremos que esta

Casa registre para a história, as emendas
que aqui estão apresentadas, e que temos
certeza, pelo rolo compressor que se for-
ma, pelos acertos escusos que se fazem se-
rão rejeitadas, lamentavelmente, mas temos
certeza que aqui estamos registrando a
nossa forma de pedir o voto não contrário
à nossa forma de atuar dentro desse Parla-
mento; não me interessa o que o Governador
pensa, não me interessa o que os Parlamen-
tares do Governo pensam, interessa o que o
povo pensa, a respeito da minha postura,
porque a ele que fui pedir o voto e a ele
eu devo satisfações aqui dentro desta Ca-
sa, votando conscientemente, votando coe-
rentemente com estas questões, como a
exemplo do projeto de autarquização.

Nós vemos que no momento que se pro-
põem, de afogadilho, que se excluam as
discussões com as emendas, que não se
preocupem com aquilo que os Parlamentares
comprometidos com o povo apresentam para
discussão, é logicamente que está caracte-
rizado o medo que o Governo tem da verdade
que ele não cumpre e nós temos que regis-
trar, que fatos como este, acontecem, como
aconteceu com o Governo Álvaro Dias, quan-
do dizia aos professores que, após recupe-
rar as suas aulas, teriam os seus pagamen-
tos repostos, esse mesmo Governo até hoje
não cumpre com o pagamento daqueles que
assim fizeram, quando se liga para uma
Secretaria da Educação, vem a justificati-
va que o Governo não tem o Orçamento para
efetuar tal pagamento, só que já meteu a
mão no bolso do trabalhador do serviço
público, e nós estamos vendo aqui lamenta-
velmente situações como aquela, quando no
passado se discutiu a aprovação do reque-
rimento com relação ao índio, com relação
ao BAIEP e tantos outros tomarem o mesmo
caminho, se empurrar com a barriga um
problema que a sociedade toda rejeita, co-
mo é o processo de autarquização que se
está aqui hoje.

Por isso requeiro a esta Casa, que se
registre as nossas emendas apresentadas
nesta Casa de Leis, para que os Anais po-
sam dizer amanhã, possam ter na história
que nós não nos somamos aos acertos, que
não nos somamos ao voto contrário aos in-
teresses do povo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo
a palavra ao Deputado Rafael Greca,
para encaminhar.

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, Srs.
Deputados.

Dezesseis Deputados, que mantendo a
independência de opinião, votaram pela
apreciação de cada uma das emendas contra-
riamente à maioria deste Parlamento.

O subdesenvolvimento não é um acaso no

Brasil, ele se tece de muitas tardes iguais a esta, de muitas maiorias iguais a esta.

O subdesenvolvimento se tece na ausência do exercício da vontade de opinião da parte daqueles que, por delegação do povo, recebem os mandatos parlamentares. Dois professores de Direito Administrativo vieram a este Parlamento dizer que há vez de inconstitucionalidade flagrante na matéria que o Governador submete à Assembléia nesta tarde.

O professor da Escola de Magistratura, o da PUC e ainda o da Universidade Federal do Paraná, todos os Conselhos Universitários das várias universidades estaduais, ocuparam este Parlamento para dizer que há vez de inconstitucionalidade naquilo que se discute hoje nesta Casa, como se fosse verdade de fé, verdade absoluta.

Não é nem verdade constitucional, nem verdade de fé, mas é verdade de Palácio! Aqui devemos nos dobrar, os Deputados da minoria, ao poder do "príncipe", ao poder de convencimento que a cada dia, como se fosse um boneco de mola autoacionado, provoca entre um dos nossos o levantar - ao comando do Líder do Governo, ou devemos nos dobrar a esse espírito dos Paramentos, esse espírito de resistência que deve permanecer no coração dos defensores da liberdade e da democracia.

Quem defenderá a autonomia legislativa desta Casa depois deste triste espetáculo de dizer sim, de dizer amém, sem se querer examinar cada uma das questões? Quem pagará o prejuízo?

Como no caso do BAIEP, o Sr. Álvaro Dias não paga o prejuízo! No entanto, as dívidas do BAIEP com o BNDS estão aí a onerar os cofres do Paraná e as disputas trabalhistas vão imobilizar o patrimônio do Banco de Desenvolvimento do Estado, por pelo menos 40 anos.

Quando quiserem dar de presente para a Fundação Teatro Guaíra, desculpem, para a autarquia Teatro Guaíra um violino, um cenário de teatro ou então uma partitura de música, terá a Assembléia que amealhar a expressiva maioria do Governo, nesta tarde, sobejamente celebrada pelo Sr. Deputado Pessuti, para que vote uma lei autorizando a autarquia a receber as doações.

Se vier dinheiro para o IAPAR por ocasião da Conferência ECO-92, como veio na época em que o IAPAR se materializou, mudando o perfil agrônomo do Paraná através de doações decorrentes do Acordo Internacional do Café, terá a Assembléia que votar a autorização para que o IAPAR receba esta doação?

E quando vier o momento do Regime Único previsto na Constituição, quem pagará os 40% da multa sobre FGTS previstos por lei, cada vez que se transforma um contra-

to de trabalho de CMT em estatutário, conforme os próprios professores de Direito Administrativo asseguraram à Comissão de Constituição e Justiça desta Casa?

Fundação pode receber até 1/3 dos seus recursos orçamentários por doação, autarquia recebe tudo do Orçamento do Estado, recebe tudo do "príncipe" e do Palácio.

O muro de Berlim caiu. No entanto, no Paraná, se ergue um novo muro, que é a estatização pré-modernizante, a estatização fanática, feita pelo governo que quer se discursar de esquerda, mas que perde na possibilidade de avançar, progressivamente, em busca do bem comum.

Não se defenderá aqui nem a Fundação Teatro Guaíra, nem o IAPAR, nem a FASPAR, o próprio Secretário da área teme que a FASPAR se prejudique profundamente no seu trabalho de assistência social e de promoção humana, a partir da aprovação deste diploma, sem emendas quaisquer, sem emenda nenhuma, de acordo com a vontade do "rolo compressor".

Sobrará, nesta Assembléia, além da certeza do poder do príncipe, a paz dos cemitérios. Sobrará, nesta Assembléia, a paz do "amém" repetido em ladainhas, pelos que a cada dia se levantam ao ocupante do Palácio Iguazu.

No entanto, a nós outros da Oposição, resta a certeza do dever cumprido, da altivez da contestação, não pelo prazer de se contestar, porque acabamos agora mesmo de aprovar créditos suplementares para o governo não resistir contra o que se chamava a ingovernabilidade do Paraná. Mas, da permanente persistência de nós outros, os resistentes ao Poder que emana do Palácio, e a esta disposição dos Parlamentares se tornarem débeis e se dobrarem aos príncipes, resta sempre a crônica da luta democrática.

Infelizmente, as vitórias dos dezesseis desta tarde são muito poucas. Por isso, o subdesenvolvimento do Brasil é tão grande. O subdesenvolvimento não é conjuntural. Não é milagre. Não é acontecimento. Ele é construído. Por 500 anos de centenas de tardes iguais a esta, onde os que se levantam ou os que se abaixam ao poder do príncipe são sempre mais numerosos do que aqueles que são capazes de viver a liberdade e de tecer a sua própria opinião.

Eu, Deputado Rafael Greca, em nome dos meus Pares da Oposição nesta Casa, afirmo a consciência da inconstitucionalidade deste projeto. E peço aos que detêm o poder do Estado a mais profunda atenção para este processo de autarquização coletiva, porque dias piores virão, na desordem do aparelho administrativo do Estado, em decorrência do que hoje parece uma vitória. Mas será como provará o tempo, já provou no caso do BAIEP, mais um cálice de ama-

veneno que se empurra goela abaixo do povo brasileiro que está no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, com a palavra o Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, companheiros e companheiras que hoje visitam a Assembléia Legislativa do Paraná e aqui acompanham algumas decisões importantes nesta tarde de hoje.

O nosso país já descoberto há quase 500 anos, vem sofrendo no seu dia a dia, uma deterioração da qualidade de vida, aumentando dia após dia os miseráveis, os afastados da sociedade, os pobres de dinheiro e de espírito.

Dia após dia, nesses 500 anos, estamos nós, da classe trabalhadora, submetidos a uma minoria da classe dominante da elite brasileira, que legalmente vem nos impondo derrotas, massacres, opressões.

Esta minoria que hoje, dentro deste Parlamento, não passa de 30 pessoas, massacra centenas e centenas de trabalhadores que estão ali fora. E o pior de tudo é que quem está ali fora, muito pouco fica sabendo do que aqui ocorre. A imprensa, que tinha obrigação e dever de relatar o que ocorre no Parlamento, tirando os jornalistas que são oprimidos, achatados os seus salários e demitidos, como foram agora, pelo Senhor Paulo Pimentel.

Os empresários da imprensa vendem-se ao poder estabelecido, ao governo estabelecido e deturpam a realidade que está ocorrendo no Parlamento, haja vista o que foi dito a respeito dessas sessões extraordinárias que, aqui hoje se coloca, uma minoria era responsável por despesas do Governo do Estado.

Essa minoria, que é o PT, mais a Deputada Emília Belinati, Deputado Rafael Greca e o Deputado Paulo Maia que se colocaram contrários, apresentou proposta de não recebimento do dinheiro e foi derrotada pelo Bloco que apoia o Governo; a imprensa ainda deturpa.

Mas nós que aqui hoje estamos, que inclusive se deixasse por conta do Bloco Governista não teriam Parlamentares suficientes para aprovar porque alguns deles estão em férias passeando, é só olhar na Bancada do lado de lá para se notar a ausência.

Nós apresentamos algumas emendas e desejávamos vê-las votadas em separado, porque assim poderíamos melhorar, mitigar a situação das fundações que hoje se transformam em autarquias.

São emendas que dizem respeito à democratização dessas autarquias o máximo possível, abrindo para que a comunidade possa participar e possa decidir junto com

o poder estabelecido pelo menos alguns pontos de conduta e alguma independência.

Mas falar em participação da comunidade a maioria dos Senhores Parlamentares e o Senhor Governador só falou durante o período das eleições. Passaram as eleições acabou a democracia pregada nos vídeos e nos meios de comunicações.

Outras emendas apresentadas pelo Partido dos Trabalhadores visavam a que todo esses trabalhadores não saíssem deste embate novamente derrotados economicamente como estão saindo.

Roberto Requião, através desta sua proposta, está levando os trabalhadores dessas fundações a perderem mais salários do que Sarney e Collor juntos fizeram para o Brasil.

Nós gostaríamos de ver votadas em separado cada uma dessas emendas por assim entender que até seria muito mais democrático, mas, como podem observar os companheiros da galeria, aqui não tem debate, aqui não tem discussão, aqui não tem democracia; aqui tem imposição, aqui tem, como diz o nosso Presidente, um rolo compressor que bem gostaria que nós estivéssemos deitados para que facilitasse que eles passassem por cima.

Não tenho dúvidas de que alguns deles não passariam mesmo literalmente como é o desejo de alguns Parlamentares que têm se colocado na defesa do Senhor Governador.

Por isso, companheiros trabalhadores que ocupam a galeria, nós trabalhadores, nos restam muitas coisas a serem feitas mas a primeira coisa que temos que fazer é nos unir para podermos resistir ao autoritarismo imposto em todos os níveis de Governo, resistir aos ditadores que, quando a gente pensa que tem democracia por ter eleição, estamos sempre enganados porque a gente pensa que a democracia existe, mas ela foi imposta pela ditadura dos meios de comunicação das grandes redes nacionais dos empresários de comunicação de nosso País, que mentem e enganam a classe trabalhadora durante três meses, durante o período eleitoral.

Nós trabalhadores temos que nos unir para combater a exploração e a opressão porque se depender do Parlamento brasileiro eu acredito que jamais nós trabalhadores teremos a liberdade e jamais conquistaremos a felicidade.

Porque aqui dentro o que manda é se curvar a quem está no Palácio Iguaçu ou no Poder Executivo.

Porque aqui dentro o que manda é dizer: "Sim, Senhor", como disseram em discurso dias atrás. Porque aqui dentro o que manda é a troca de favores e não a defesa dos oprimidos e dos explorados que somos nós os trabalhadores brasileiros.

Portanto, nós protestamos: primeiro, por votar em bloco; e, segundo, pela maneira autoritária com que se está colocando esta posição das transformações de fundações em autarquias. E acredito que nós Parlamentares, com posição democrática hoje, nos uniremos aos trabalhadores destas Fundações e com eles continuaremos na luta.

Porque não vamos nos dobrar e não vamos cair de joelhos perante qualquer príncipe chamado Roberto Requião, não!

Continuaremos de pé e bem firmes, mesmo que derrotados neste Parlamento porque a luta continua na rua e nos nossos Sindicatos.

Obrigado.

(Aplausos).

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Para encaminhar)
- Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ouvi atentamente os meus Pares discutirem, reclamarem e se espernearem aqui. Mas o que me preocupa quando falamos em democracia é o que significa democracia.

O que é democracia senão a maioria absoluta dos Parlamentares que representam o povo nesta Casa?

Vejam bem, todo o mundo sabe que voto a favor da autarquização a pedido de uma fundação de minha cidade. Eu não nego que votarei pela autarquização.

Não concordo com a atitude do nobre Líder Pessuti que, no comando dos trabalhos, pede que as emendas não sejam votadas e discutidas uma a uma. Mas respeito a decisão da maioria, por isto é democracia.

Nós falamos em príncipe, em reis, em ditadores. E eu pergunto: quem são os ditadores se não somos nós mesmos que estamos tentando fazer com que a nossa vontade impere sobre a vontade da maioria. Cada um de nós tem que ter a consciência e a tranquilidade de votar todas as suas matérias com as suas consciências.

Não podemos ser emocionais em um Parlamento, em tempo algum. Temos, sim, é que votar conforme nossa população nos pede, conforme o que é certo dentro de nossas concepções.

Por isso não vamos aqui criar... porque eu olhava os olhares que um Parlamentar dava ao outro... não vamos aqui nos hostilizar como nós estamos nos hostilizando.

Vamos aqui respeitar a vontade da maioria. Se a maioria quer que não sejam votadas as emendas em bloco, vamos respeitar isto, embora eu seja contra.

Eu acho que a discussão poderia levar a algum esclarecimento. Agora, não vamos dizer que este ou aquele estão se curvando pois em momento algum isto está acontecendo.

E o maior exemplo disto o ilustre Deputado Albino Corazza, um dos Parlamentares que mais respeito nesta Casa, que tem, como eu tenho, total independência e consegue agüentar qualquer tipo de pressão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Deputado Pudell, para encaminhar a votação.

A Mesa alerta para o artigo regimental que só permite encaminhamento de votação uma vez só por Deputado.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Todos conhecem a posição do Partido dos Trabalhadores que tem sido, em princípio, favorável à autarquização das fundações do Paraná, ressalvados os casos específicos em que o interesse público e administrativo não aconselha a adoção dessas medidas.

Acredito que todos aqui nesta Casa devem reconhecer o esforço com que a Bancada do PT tem procurado fazer oposição coerente a seus princípios.

Até o próprio Governador do Estado chegou a reconhecer que nossa posição crítica e responsável já atendeu os interesses do Paraná e, em especial, do nosso povo por várias ocasiões.

Esses dias, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós fomos convidados indiretamente a ingressar na Bancada de apoio ao Governo do Estado. Mais do que isso, nos foi dito que a maioria da população, em especial até os petistas apoiavam a postura do Governo do Estado do Paraná.

E eu na condição de Líder da nossa pequena Bancada fui obrigado a endereçar uma correspondência ao Senhor Governador dizendo das razões e dos motivos porque nós não apoiamos esse Governo.

Esse Governo que, no dia da sua posse disse que é um Governo que veio para defender os trabalhadores; e ontem no Encontro dos Sindicalistas, disse que o seu Governo é de esquerda.

Diz perante a televisão com matérias pagas, maravilhosas, que esse Governo é um Governo comprometido com o social.

Essa é a imagem que se vende para a população do Paraná.

No entanto, nós, que convivemos com os debates nesta Casa e que por dever de ofício somos obrigados a analisar as ações do Estado, não pela propaganda, pela mídia e pela versão bilionária que se vende na imprensa.

Mas pelo que efetivamente ocorre nos bastidores do Poder, infelizmente, temos uma outra opinião. Eu vou citar alguns exemplos aqui, vejam o que o Governo de esquerda, o governo dos trabalhadores tem

adotado uma prática interessante.

Nós observamos recentemente que esse Governo baixou um decreto estendendo correção diária e mais 12% de juros aos empreiteiros do Paraná, ao mesmo tempo em que baixou os juros do BANESTADO com relação a dívida dos empreiteiros para com o Banco do povo do Paraná.

Esse Governo tem sido muito zeloso e muito cumpridor das suas obrigações quando se refere ao pagamento da dívida externa.

Hoje aqui esse Governo com sua Bancada deram mais uma mãozinha para os caloteiros, estenderam o prazo para pagamento de débitos do ICMS de 36 para 60 meses.

Esse Governo, com sua Bancada, hoje impediu que uma medida que fosse incentivar o cumprimento do direito dos trabalhadores com relação a microempresas também fosse derrotado.

Esse Governo que não conversa com os trabalhadores, que não discute com quem está em greve, sem greve, não recebe sindicatos, esse mesmo Governo recebe o grupo Atala, para negociar. Os caloteiros recebem, os credores não.

Senhores Deputados, o que mais nos entristece, é perceber que apesar de tudo isso, a imagem lá fora, é uma outra imagem.

Todas as denúncias, todas as vezes que nós tiramos a máscara desse Governo, raramente essa posição chegou ao conhecimento do nosso povo.

Agora, o sensor do tempo da ditadura, foi devidamente substituído pelo mais eficiente tesoureiro do BANESTADO.

Sabe, Senhor Presidente é duro a gente perceber. Esses dias o Governador do Estado disse na televisão, que nós do Partido dos Trabalhadores, tínhamos a língua muito comprida porque nós falávamos demais.

Dizia que nós defendíamos os trabalhadores do Estado e que o Governo dele dava 70% das receitas para pagamento de pessoal, enquanto a Erundina só dava 54%.

Vejam só, primeiro a Erundina dá 54% porque assim determina uma Lei Municipal. Obviamente o Governador esqueceu de falar que lá em São Paulo, quem ganha menos, ganha 3 salários mínimos, o menor salário da Prefeitura de São Paulo.

Esqueceu de falar que enquanto se paga 48 para um professor aqui de 2º grau, lá se paga 113, para o mesmo professor de 1º grau.

Agora, qual é o milagre, que consegue a Prefeitura de São Paulo, ficando dois anos e meio sem receber um tostão do Governo Federal, do Governo Estadual. Como a Prefeitura de São Paulo consegue pagar 54% gastar apenas 54 e dar uma condição aos seus trabalhadores, muito superior a que o Governo do Estado dá.

É muito simples, é que lá nós coloca-

mos o discurso e a prática de uma forma igual.

Lá nós realizamos uma reforma fiscal, nós cobramos os caloteiros, nós não damos privilégios as empreiteiras, a grupos econômicos, nós respeitamos o direito dos trabalhadores.

Enquanto aqui, estamos na iminência de manter o pagamento dos empreiteiros, da dívida externa, recebemos e negociamos com o Atala, e hoje vamos dar o maior calote da história que esse País já conheceu sobre direito de trabalhadores.

Todos nós sabemos que Autarquização, tem objetivo fundamental, que é remeter ao precatório, ao requisitório uma dívida de 25 bilhões de cruzeiros, que foi acumulada por uma política do Governador Álvaro Dias, que preferiu arrochar os salários, negar direito de trabalhadores, mas manter os seus compromissos com os empreiteiros e com os grupos econômicos do Estado do Paraná.

É por isso, Senhor Presidente, que nós infelizmente conhecemos os bastidores do Poder.

Eu quero dizer a Bancada do Governo e que transmitam ao Senhor Governador do Estado, que para se dizer de esquerda, se dizer defensor dos trabalhadores, há que se ter coerência na prática, porque nós já conhecemos esse discurso, que é o discurso clássico do populismo, que para a grande imprensa arruma-se um grêmio de Tirana, arruma-se um bom mágico, e, se vende para a opinião pública, a idéia que se defenda os trabalhadores, que é o pai dos pobres.

Mas por debaixo dos panos esse Governo se comporta como a mãe dos ricos, é o velho e clássico método do populismo que nós já conhecemos.

Eu acho até que o Collor tem feito melhor, com toda a sinceridade, eu acho que o Collor consegue enganar e ludibriar com mais competência do que esse Governo.

Eu não posso admitir, não posso aceitar que nós por tantas vezes tentamos negociar, dialogar com a Bancada do Governo, tentamos ponderar as razões das nossas emendas...

Finalizando, Senhor Presidente, eu acho que é o momento de começarmos a colocar a língua juntamente com a prática.

Disseram até que a Bancada do PT tinha uma língua muito grande, que quando morresse teria que ter dois caixões - um para a língua e outro para o corpo.

Ora, tem certos integrantes do Governo que também vão precisar de dois caixões - um para carregar o corpo e outro para carregar a consciência.

Este último terá que, inclusive, ser erguido por um guindaste haja o peso que terá que suportar.

Então, concluindo, quero dizer que nós

estamos de consciência tranqüila, tentamos fazer o melhor no interesse dos trabalhadores e do povo do Paraná.

Que fique registrado para a história, pelo menos, essa posição.

E eu tenho certeza que a história fará justiça, esta ninguém engana, ninguém ilude.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o bloco de emendas de 1 a 38.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Pretendo ser breve.

Eu queria me dirigir ao nobre e ilustre Deputado Pessuti, Líder do Governo, e que representa os interesses do Governo nesta Casa. Gostaria de saber do nobre Deputado, se o Governo do Estado, incumbiu Vossa Excelência de fazer toda a Bancada que dá sustentação ao Governo votar contra as próprias prerrogativas da Assembléia.

Gostaria só de enviar uma mensagem para os Deputados que ainda estão em dúvida quanto à votação dessa matéria, de que já por experiência legislativa, algumas votações que nós aqui tivemos, foram equivocadas. O nobre Deputado Nelson Justus que foi o Relator da matéria junto à C.C.J., esta que estamos discutindo, ele fez através da CCJ uma emenda modificativa-ampliativa, essa emenda ela vem premiar a Assembléia Legislativa na participação da transformação das Fundações em Autarquias.

Eu não sei qual será o critério de interpretação de Vossa Excelência, mas eu acharia que seria proveitoso os Deputados desta Assembléia participarem da transformação, uma a uma, das Fundações em Autarquias. Eu não sei porque o governo quer carta branca para poder transformar as Fundações em Autarquias no atacado. Por que não se obedece o que CCJ prescreve, através do Relator Nelson Justus, para que os Deputados acompanhem a transformação das Fundações em Autarquias uma a uma? Nós até não seríamos contrários a isso, mas o que a Assembléia quer e que grande parte dos Deputados querem, é participar desse processo. Acredito que, intimamente muitos Deputados que dão apoio ao Governo gostariam de ter essa participação.

Eu gostaria de solicitar ao nobre Líder do Governo que liberasse os Senhores Deputados a votarem essa emenda modificativa ampliativa da CCJ. Porque nós vamos nos abster a participar disso.

A Assembléia Legislativa já é pichada como um Poder que vai a reboque do Poder Executivo, um "apêndice" do Poder Executivo, e quando nós temos a oportunidade de participar do processo nós entregamos de bandeja para o Governo. Por que é que o Governo quer tudo nas mãos dele sem passar

pela Assembléia? Acho que esse poder tem o dever de participar do processo de transformação das fundações em autarquias.

Eu até faço aqui uma proposta para o nobre Líder do Governo: sugira, ou diga aos seus comandados para que votem nessa emenda modificativa e ampliativa da CCJ que os Deputados que aqui estão também o acompanharam o que o Deputado Pessuti quer. Nós somos contra essas medidas que o Governo manda para a Assembléia pensando que a Assembléia é um instrumento dele. Acredito que se fosse por votação secreta os Deputados não aceitariam. Não aceitariam porque, infelizmente, o Governo Requião trabalha na base da pressão, o Deputado que votar contra vai ser perseguido, não vai receber algumas benesses das suas regiões.

Eu gostaria de pedir encarecidamente ao Deputado Pessuti, pedir, eu o considero um companheiro um Conselho da Assembléia, que libere os seus Deputados a votarem na emenda da CCJ que eles estarão votando em algo que vem ao encontro deles. Amanhã deverão prestar contas à sociedade do que fazem aqui, daqui há três meses alguns Deputados poderão não pertencerem mais a Bancada do Governo e terão a oportunidade de abalizarem com mais critério o que o Governo está querendo.

Então o que os Deputados independentes estão querendo? Estão querendo participar mais ativamente dos destinos do Paraná, e a transformação de 25, 27 ou 28 autarquias em fundações nos interessa, porque são milhares e milhares de pessoas que estão envolvidas nesse processo, e como nós representamos a sociedade como um todo no Paraná queremos participar. Então vamos simplificar a matéria, que o nobre Deputado Pessuti libere seus companheiros para que eles votem na emenda da CCJ para que nós, os 54 Deputados possamos participar dessa transformação que está virando uma polêmica muito grande no Estado, aí estará tudo bem.

Então é essa a minha sugestão que peço ao nobre Deputado, se o nobre Deputado não sugeriria aos seus comandados, faço esse pedido como Deputado, como legislador, que nós participemos com mais determinação em tudo aquilo que o Governo do Estado queira. Nós não estamos aqui simplesmente para endossar os seus atos. Temos aprovado uma série de matérias de interesse do Governo, uma série de matérias de interesse do povo do Paraná, mas nós queremos participar com mais determinação, queremos participar de tudo aquilo que seja de interesse do nosso Estado.

Faço esse pedido, nobre e ilustre Líder do Governo, libere a sua Bancada para votar favoravelmente à emenda modificativa e ampliativa da CCJ, que é a emenda que dá

a esta Casa autoridade para participar desse processo, que não entreguemos para ele como ele quer. Isso que peço.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação as emendas de 01 a 38.

Os Senhores Deputados que aprovam as emendas conservem-se como estão.

Rejeitadas.

Há emenda da Comissão de Justiça: "O Poder Executivo no prazo de 180 dias a contar da data da publicação da presente lei apresentará anteprojeto de lei específico para cada entidade atingida, regulamentando de forma individualizada a revisão dos atos constitutivos, a organização e o funcionamento das autarquias criadas."

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda conservem-se como estão.

Rejeitada.

Irã para a 3.^a discussão amanhã.

Sobre a mesa, requerimentos de n.ºs 1662, 1663 e 1676, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 1664, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

A Mesa comunica aos Senhores Deputados que pretende encerrar os trabalhos na sexta-feira. Para isso, solicita a participação da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

Apenas para esclarecer a este Plenário e em atenção ao que foi solicitado pelo Deputado Mário Bezerra, dizer a ele que esta Liderança age em função das decisões tomadas dentro do nosso grupo de Parlamentares. E não a vontade pessoal do Governador e muito menos deste Líder, que impera na condução dos trabalhos. Nós somos apenas um condutor da vontade maior da nossa Bancada. Por isso, não há necessidade de pedirmos isto ou aquilo. Porque foram eles que pediram para nós que agíssemos desta forma.

O SR. ERNANI PUDELL - Todos acreditaram, Deputado Pessuti.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 09, à hora regimental, com seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo n.º 005/91.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n.º 190/91, e do Projeto de Lei n.º 215/91.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 286 e 287/91.

Levanta-se a sessão.